

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ICÓ: DOIS ANOS DE EXTENSÃO E CONFLITOS (2016-2017)

Lucas Alexandre de Oliveira; Laiany Henrique Félix; Maria Lucineide Ribeiro Bezerra;  
Jaqueline Dourado do Nascimento

Universidade Federal do Cariri (UFCA)  
Jaqueline.dourado@ufca.edu.br

**Resumo:** As palavras aqui escritas buscam problematizar a experiência em educação e extensão patrimonial realizadas por estudantes e educadores da cidade de Icó, no interior do Ceará, tombada como patrimônio histórico nacional, durante os anos de 2016 e 2017 foram feitas atividades como oficinas, rodas de conversa, atividades educativas com crianças pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), com o intuito de desenvolver um diálogo entre a comunidade local do sítio histórico de Icó e os acadêmicos que pesquisam as políticas públicas para preservação e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural. Buscou-se aqui uma análise das ações desenvolvidas e da relação da população com as políticas de preservação, considerando uma educação emancipadora como ferramenta de comunicação e desenvolvimento para possíveis conflitos que possam surgir do tombamento do patrimônio edificado e registro do patrimônio imaterial. Foram realizadas leituras de obras que contribuam para um entendimento mais amplo das camadas que apresentam a questão patrimonial, livros e artigos que expliquem a constituição das políticas para o patrimônio do Brasil e da nossa sociedade como ambiente de conflitos.

**Palavras-chave:** Patrimônio histórico; conflitos; educação patrimonial.

### Introdução

As discussões sobre preservação do patrimônio histórico nacional tangem problemáticas peculiares para cada local onde se pretendem desenvolver ações de salvaguarda, a partir de propostas de políticas públicas são realizadas intervenções em bens imóveis e patrimônios que possuem significação histórica e cultural no âmbito imaterial. Edifícios com arquitetura própria de períodos passados, prédios com significado para a memória coletiva, costumes ou formas de fazer cultura são o objetivo de ações do governo para fomento da identificação nacional e local e para o proveito econômico das pessoas que geram e mantêm o que se pretende preservar. No entanto, é comum em cidades onde se pretende iniciar as políticas de preservação e salvaguarda haver atrito entre os articuladores de políticas públicas e os moradores da região, assim se torna viável ações de educação e extensão universitária voltadas para analisar, refletir e, se possível, intervir como agentes de transformação na comunidade.

O objetivo deste trabalho foi de analisar e refletir sobre as ações de educação e extensão patrimonial realizadas na cidade de Icó, no Ceará, nos anos de 2016 e 2017 por um grupo de universitários da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e pensar em uma educação com uma proposta emancipadora para a melhora nos diálogos

entre articuladores de políticas públicas e moradores do sítio histórico de Icó. Observando que podem haver particularidades com cada local onde se pretenda concretizar um plano de políticas públicas, analisando a relação entre população e órgãos públicos e buscando na educação uma maneira diplomática de viabilizar a preservação e salvaguarda sem desconsiderar o papel dos moradores de sítio na manutenção do próprio.

## Metodologia

O presente trabalho foi realizado com análise qualitativa das experiências e leituras sobre educação e extensão patrimonial dos anos de 2016 e 2017 no campus de Icó, da Universidade Federal do Cariri, cidade tombada como patrimônio histórico nacional, foi orientada por uma perspectiva freiriana de participação e engajamento social baseada em trocas de experiências entre estudantes universitários, educadores, comunidade local e articuladores de políticas públicas. A discussão sobre políticas públicas para preservação do patrimônio histórico nacional possui uma leitura particular sobre educação que vem sendo levantada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foram feitas leituras desse material e a reflexão crítica entre a teoria proposta e a realidade local da cidade de Icó, junto com seus desafios que se encontram nas páginas seguintes.

## Resultados e Discussões

Entendemos por patrimônio um bem com significação identitária que sobrevive por períodos variados de tempo, compartilhada por um grupo em um segmento cultural, a palavra patrimônio passou por mudanças no decorrer do tempo, hoje é mais utilizada para definir algo que é deixado por gerações passadas como uma herança a se preservar (CHOAY, 2014). A definição técnica de patrimônio em políticas públicas no Brasil possui dimensões que abrangem desde edifícios construídos em períodos que possuem uma carga de significação histórica para o tempo presente, até produções artísticas e modos de fazer cultura popular (SANT'ANNA, 2006).

Desde que a preservação dos bens que possam apresentar uma significação coletiva e inclusiva se tornou uma preocupação de cunho político, estudiosos tem trabalhado nas questões que poderiam melhor contribuir na efetivação das ações de consolidação das políticas públicas para a memória nacional. O que é patrimônio? Como

preservar? O que preservar? Para quem preservar? Dúvidas a respeito do que pode configurar uma carga de significação e identificação cultural são comuns no momento de uma classificação do que é patrimônio, sendo uma questão subjetiva não se encontra uma resposta absoluta e irresoluta, interpretações mudam com o passar do tempo, a própria estética de determinados prédios pode ser alterada ou subvertida, o sentido de uma ação preservacionista também sofre alterações, assim um costume pode deixar de fazer parte do panteão de patrimônios históricos e culturais de um país.

Dessa forma no decorrer dos anos 80 da principal instituição responsável pelas políticas preservacionistas, o IPHAN, foram mapeados e estudados em momentos diferentes locais de várias regiões do Brasil que apresentaram potencial de tombamento ou salvaguarda de bens culturais e artísticos (ANASTASSAKIS, 2017). O Ceará apresentou um sítio histórico tombado com um número significativo de edifícios construídos no período colonial, localizado na cidade de Icó.

Icó é uma cidade na região Centro-sul do Ceará, surgiu na primeira metade do século XVIII e teve como principais ramos de produção econômica a agricultura e a pecuária, às margens do rio Salgado ainda preserva casarões do período colonial, uma Casa de Câmara e Cadeia e o primeiro teatro do sertão cearense, o Teatro da Ribeira dos Icó (MAPURUNGA, 2009). Constitui um dos acervos edificados do patrimônio brasileiro com um sítio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dessa forma Icó se configura como um local onde se propõem políticas de preservação do patrimônio nacional, atividades de significação cultural e ações de educação patrimonial. Em meados do século XIX, a economia da cidade se estagnou por circunstâncias complexas do período, o território geopolítico icoense perdeu dimensões expressivas, o interesse de transformação, urbana comum em cidades de economia dinâmica não se desenvolveu muito entre a população de Icó, como consequência os edifícios construídos no século anterior foram preservados, possibilitando um visual arquitetônico colonial digno de tombamento nacional (IPHAN, 2008).

Por meio desse reconhecimento de significação artística e histórica a Universidade Federal do Cariri viabiliza ações de pesquisa, extensão e cultura voltadas para questões de salvaguarda do patrimônio com o curso de Bacharelado em História, com uma estrutura curricular de cadeiras obrigatórias voltadas para as políticas patrimoniais de preservação. Entre os anos de 2016 e 2017 o grupo de estudos sobre educação patrimonial do curso de história da UFCA realizou ações de (re)significação cultural junto à comunidade local, fomentando a discussão

patrimonial em ambientes populares, onde são produzidas as vivências que dão sentido às políticas de preservação.

A extensão se configura como uma estratégia de aproximação entre a comunidade local e os pesquisadores, possibilitando uma comunicação que melhor articule os que estão inseridos na realização das políticas preservacionistas. A partir das atividades desenvolvidas em Icó podemos perceber com mais clareza a responsabilidade que é inerente a comunidade local sobre o patrimônio, não apenas como proprietários, mas como as pessoas que possibilitam a vivência histórica do patrimônio, isto é, sua significação cultural só é possível com os valores que surgiram em torno daquele espaço tombado, os sentidos atribuídos por aqueles agentes humanos. As atividades de extensão universitária surgiram como rodas de conversa entre moradores da Rua General Piragibe, conhecida como Rua do Meio ou Rua dos Escravos, oficinas de educação patrimonial junto às crianças da rede pública do ensino fundamental, brincadeiras onde os sentidos do patrimônio histórico eram ilustrados de maneira mais dinâmica para crianças com idade entre 5 e 10 anos.



Figura 1: Oficina de Educação Patrimonial em Espaço da Cultura Local.

Fonte: Acervo de fotos do projeto de Educação Patrimonial: Dialogando entre Comunidades, 2017.

## **Patrimônio, um campo de tensões**

Durante o processo de construção da nacionalidade brasileira se observava uma característica própria que diferenciava a anteriormente colônia portuguesa de outras formações nacionais, a diversidade (BRAYNER, 2007). Várias foram as culturas que passaram e influenciaram o imaginário das pessoas que viviam no território hoje conhecido como brasileiro, produzindo narrativas que se misturaram e se tornaram cânones dos valores típicos do país dos dias de hoje (HOLANDA, 1995), quando considerado o patrimônio em sua escala nacional é possível se deparar com uma pluralidade única de arquiteturas, festividades, modos de artesanato, narrativas identitárias, dentre outros. A partir desses aspectos os articuladores de políticas públicas para a preservação do patrimônio se deparam com uma diversidade de valores que muitas vezes se opõem, conflitos surgem das diferentes formas de ver o mundo, questões que não possuem uma resposta objetiva e categórica nascem do encontro entre agentes responsáveis pela preservação patrimonial.

A sociedade é formada por teias de poderes que disciplinam a postura de seus membros (FOUCAULT, 1979) , isso pode ser observado no cotidiano de qualquer localidade que disponha de uma organização formal do Estado, o patrimônio histórico não está livre dessas formas de dominação que geram conflitos, a iniciativa de querer preservar não parte exclusivamente da população de um sítio histórico, existem variados interesses envolvidos nas implantações de políticas públicas, seja do âmbito privado ou do público.

Durante os primeiros anos de implantação do curso de história (2015-2017), foram realizadas atividades de extensão pela UFCA onde se percebeu um campo de tensões e conflitos de interesses, visto que as políticas de preservação patrimonial podem assumir um caráter impositivo quando do seu primeiro contato com a comunidade local. Desse campo de tensões, como exemplo temos a realização de uma intervenção em um prédio específico pode não ser vantajosa para o proprietário, em determinados casos o IPHAN chega a um atrito com moradores locais, donos de comércio, proprietários que desejam inovar no estilo arquitetônico do imóvel, pessoas com interesse de demolir propriedades antigas, tais intenções não se harmonizam com o objetivo de ação do IPHAN, preservar bens com significação histórica e artística para usufruto público.

Acreditamos que para uma melhor prática preservacionista, as políticas de preservação do patrimônio precisam ocorrer com a participação da administração pública local, os moradores e esferas do poder público com dimensões macro, instituições federais, visando a mobilização de diferentes atores que favoreçam a

salvaguarda dos bens tombados. Pinheiro (2017) encerra um de seus trabalhos sobre trajetória de políticas preservacionistas afirmando:

De resto, nada há de surpreendente na constatação de que a preservação do patrimônio é por excelência um campo de tensões, as quais, porém, se procura ignorar ou subestimar, a partir de conceitos naturalizados de memória, identidade e pertencimento (PINHEIRO, 2017, p.30).

As políticas de preservação nascem ideologicamente da identificação que um grupo tem com bens específicos que possuam alguma significação cultural e histórica com a existência dessas pessoas, e conseqüentemente, da vontade compartilhada de preservar esse objetos para a posteridade, o envolvimento ativo de uma comunidade é indispensável para a concretização da ações preservacionistas, são os viventes do espaço tombado e todas pessoas que o usufruírem que carregarão os significados do bem edificado, são também quem farão a manutenção quando o espaço necessitar de reforma, para isso estes tem de ter a vontade de preservar. Mas e se a comunidade não se sentir pertencida ao conjunto de significações culturais que as políticas visam preservar? E se os proprietários dos imóveis não tiverem o interesse de preservar a memória local? E se os agentes públicos locais não conseguirem manter um diálogo constante com os habitantes de um local tombado?

Na sociedade o indivíduo estabelece interações entre seus pares através de trocas de capital, segundo Bourdieu (1989), essas trocas ocorrem de maneira não apenas financeira, mas simbólica, gestos, valores, estética, formas de pensar são apreendidas e comercializadas por pessoas que se reconhecem dentro de um campo, este possui restrições que limitam a quantificação e qualificação de membros que para se integrarem tem de se expressar de maneira específica com o objetivo serem reconhecidos e, principalmente, aceitos pelos ortodoxos de sua área. O campo do patrimônio foi elaborado por intelectuais que pretendiam a preservação de bens com valor cultural e significação histórico-artística (PINHEIRO, 2017), no entanto, onde estavam os fabricantes desses bens na resolução acerca do quê, por quê e para quê preservar? Os habitantes do Icó contribuíram para formação do campo de preservação do Ceará? Pretendo aqui fazer uma distinção entre a formação do patrimônio e a formação do campo do patrimônio, o surgimento do bem a ser preservado e o surgimento das diretrizes de preservação, são adventos que ocorreram em momentos diferentes por membros de classes sociais que possuem formas de ver o mundo, costumes, objetivos entre outros capitais simbólicos que se excluem num diálogo formal.

Dessa forma quando analisamos os livros, artigos e demais publicações no campo do patrimônio e então vamos a um sítio histórico realizar uma pesquisa ou alguma atividade da universidade, percebemos as diferenças gritantes entre o que se planeja, o que é representado nos trabalhos acadêmicos pelos intelectuais da área, e o que é de fato, a realidade das pessoas que vivem e possibilitam o sítio histórico, mas estão à margem do conhecimento e, conseqüentemente, dos direitos que um bem cultural proporciona mesmo pelas garantias de lei federal.

É de fácil percepção que a continuidade das políticas de preservação possui uma determinada fragilidade que varia com o contexto específico de cada sítio tombado. Se observarmos a própria trajetória da principal instituição responsável pelo patrimônio brasileiro, o IPHAN, é possível perceber a instabilidade na concretização das ações de preservação (CHUVA, 2017). No bojo de tais ações entram as tensões políticas do domínio federal, estadual e municipal, então a continuidade destas dependem do contexto administrativo público, se o Estado se encontra em situação de fragilidade, é certo que as políticas preservacionistas sofram alguma precariedade.

Para além do advento da política brasileira, as políticas de preservação do patrimônio possuem sua carga particular de complexidade, a forma de lidar com um bem cultural tombado ou registrado obedece a uma norma específica e restrita de proceder, um bem que se descaracterize de sua essência original se notada pelo IPHAN pode perder seu título de patrimônio nacional. Um festividade registrada como patrimônio imaterial pode perder seu reconhecimento se ameaçada a sua realização, um edifício que seja deteriorado pelo tempo e não seja restaurado até a ruína, deixará de ser beneficiado pelas políticas de restauro, um sítio histórico que tenha muito conflitos entre agentes do IPHAN e moradores, onde os moradores não obedeçam as restrições sobre alterações de fachadas, possivelmente perderá a alcunha e salvaguarda de sítio histórico, há uma fragilidade na prática de preservação que é reconhecida e prevista pela lei federal na Seção da Cultura, Art. 216, § 4: “Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma de lei” (BRASIL, 2018, p. 126). Para tanto percebemos como as políticas de preservação do patrimônio possuem específica necessidade de atenção para como os membros de sua sociedade.

## **Educação Patrimonial**

Diante das problemáticas que se apresentam nas ações de preservação do patrimônio histórico, a educação patrimonial pode ser considerada uma estratégia importante para a comunicação entre diferentes esferas nas políticas preservacionistas, articulada com uma extensão universitária de filosofia emancipadora possibilita uma interação entre diferentes segmentos da sociedade, onde a troca de experiências é um fator central para a realização das atividades de tombamento e salvaguarda. Um espaço tombado só se torna explorado socioeconomicamente com a participação ativa de seus integrantes, são os moradores de um sítio histórico que produzem a vivência a ser usufruída na experiência patrimonial, dessa forma não há como construir qualquer atividade sólida no meio patrimonial sem passar pelos seus nativos, isto é, é através da observação e participação engajada na produção cultural de um povo que se compreende como se lidar com possíveis problemáticas advindas do estranhamento entre pontos de vista distintos (WAGNER, 2012).

Se o potencial do patrimônio histórico como espaço socioeconômico só pode ser explorado com a participação ativa da comunidade, e esta por abrigar interesses distintos e consequentemente conflituosos dificulta a consolidação do tombamento e da salvaguarda plenos, buscar uma forma de diálogo e troca de experiência com objetivo de enriquecimento de todas as partes se apresenta uma estratégia coerente. Atividades em forma de oficina com crianças podem causar um impacto a longo prazo, crianças que passem por uma formação cidadã emancipadora poderão exercer ações na sociedade com maior consciência do potencial patrimonial, rodas de conversa com moradores locais onde falem sobre suas experiências pessoais com as intuições públicas e suas atividades preservacionistas podem estabelecer um diálogo em que o proprietário se sinta ouvido e não desprezado.

Ainda possibilitando a divulgação do conhecimento acerca de determinados bens, dificilmente uma comunidade abrange pessoas que tenham intimidade com a formalidade técnica das ações de preservação. A falta de comunicação e de informações entre moradores de um sítio histórico e os agentes do IPHAN facilita o atrito e o conflito de objetivo quanto ao como proceder com o objeto tombado. A educação patrimonial surge como ação de engajamento social entre acadêmicos e comunidade local para dialogar acerca dos bens que se pretende preservar, possibilitando uma troca de experiências onde se busca o proveito de todos os envolvidos.

É de crucial importância considerar o contexto em que uma comunidade que habita num sítio histórico vive, afinal eles e seus antepassados que produziram aquele patrimônio, essas pessoas que

possibilitam a vivência e o usufruto do espaço considerado. Dessa forma para a consolidação das ações que dizem respeito ao patrimônio deve-se construir um diálogo em que os membros da comunidade tenham participação e voz ativa no sítio histórico. Determinadas peculiaridades sobre as políticas de preservação podem parecer estranhas aos proprietários de um imóvel tombado, o domínio que um proprietário tem em seu imóvel particular não se assemelha ao de um imóvel tombado, que possui uma dimensão pública, as particularidades que limitam a liberdade de escolha acerca de como um comerciante pode alterar a fachada de um casarão colonial tangem a fiscalização do IPHAN, que raramente autoriza qualquer mudança que seja do aspecto arquitetônico original. Então como realizar uma ação de preservação entre tal conflito de interesses entre a esfera privada e particular? Como estabelecer um diálogo estável entre as diferentes partes? Para cada local haverá uma problemática específica para se lidar, para entender como desconstruir uma questão relacionada ao patrimônio local é preciso mergulhar na teia de interesses e significações das partes envolvidas na política pública.

Ações de continuidade que se proponham a (re)significar a interação entre as partes conflituosas e construir uma postura que afete de maneira positiva as gerações que herdarão o patrimônio posteriormente, se configuram como uma medida efetiva e com possíveis desdobramentos cotidianos, isto com a presença de uma instituição dedicada a educação e a constante discussão acerca do bem-estar local. A participação e interação de profissionais de educação e extensão num sítio histórico podem desenvolver atividades de integração e inclusão em comunidades que sintam excluídas, abrindo novas dimensões para pessoas que talvez nem conheceriam o potencial a ser explorado no patrimônio histórico, afinal esse é o objetivo inerente da educação patrimonial.

Torna-se interessante lembrar o que Riegl (2014, p.67) diz em *O Culto Moderno dos Monumentos*: “é necessário considerar que o valor de bem-estar físico das pessoas é superior, sem nenhuma dúvida, às necessidades ideias do culto de antiguidade”. As políticas para preservação não existem com exclusividade de se contemplar a beleza do passado, de suas edificações, de seus imaginários, de suas manifestações no presente, deve-se considerar o trato dos viventes que o possibilitam, da sua participação da manutenção dos sítios históricos, das festividades religiosas, das suas formas de fazer cultura.

## Conclusões

Após dois anos de atividades extensionistas voltadas para preservação do patrimônio histórico é possível perceber que aquilo que se pretende preservar tange várias camadas da vida cotidiana, relacionando formas de pensar e agir no mundo, a partir de uma teia de interesses que se nota na vivência comum, onde se percebe a existência de poderes que envolvem os moradores de um sítio histórico tombado pela esfera federal. Conflitos surgem das diferentes vontades presentes na realização das políticas públicas, pretensões não planejadas pelos gestores podem influenciar intimamente a concretização de uma reforma de um determinado local. Os interesses locais podem não se harmonizar com os planos pensados de maneira mais ampla que o território de um sítio tombado.

Todavia, há a memória local, há a vontade de preservar, o extensionista surge como um articulador de atividades de educação, com o objetivo de ampliar as possibilidades que os potenciais do patrimônio histórico possuem dentro das políticas de preservação do patrimônio, por décadas o IPHAN tem aprofundado suas ações pelo Brasil, já existem as leis de preservação, já se conhecem os locais a se preservar, parte dos desafios já foram concluídos, como o tombamento do sítio histórico (IPHAN, 2008), a implantação do programa Monumenta (DIOGO, 2009). No entanto, o campo de constantes tensões necessita de uma continuidade em suas ações, podemos pensar que se o usufruto do patrimônio ocorre por meio da vivência em um espaço tombado, da participação em uma festividade típica de uma região, da visita de um sítio arqueológico, então é clara a indispensável presença e ação dos vivos.

Dessa forma gestores, articuladores e pessoas do patrimônio podem construir diálogos de cooperação, com intuito de trocar experiências vividas em torno do patrimônio, através de práticas continuadas e educacionais, fomentando a melhora na qualidade de vida de um espaço que pode ser tanto um ambiente de usufruto público como fonte de renda para os que ali tornam vivo o patrimônio.

## Referências

ANASTASSAKIS, Zoy. A cultura como projeto: Aloísio Magalhães e suas ideias para o IPHAN. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n° 35/2017**. IPHAN, 2017. p. 65-77.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n°s 1/92 a 99/2017 e pelo Decreto Legislativo n° 196/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições técnicas, 2018.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

CHUVA, Márcia. Possíveis Narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 35/2017**. IPHAN, 2017. p. 79-109.

DIOGO, Érica (org.). **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IPHAN. **Ribeira dos Icós: Icó-CE**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

MUPURUNGA, José (org.). **Bem Vindo ao Reino do Louro e da Peixada: Icó Patrimônio Nacional**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Trajetória das deias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 35/2017**. IPHAN, 2017. p. 13-31.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANT’ANNA, Márcia (org.). **O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. 4ªed. Brasília: IPHAN, 2006.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.